



Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Ata

Reunião de 27 de julho de 2020

Ao vigésimo sétimo dia, do mês de julho, de dois mil e vinte, pelas onze horas, reuniu, via online, o Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIG, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 – Aprovação da ordem de trabalhos; -----
- 2 - Aprovação da ata da reunião anterior; -----
- 3 – Apresentação da Execução da ENICC 2018-2019 (RCM nº154/ 2018 de 29 de novembro); ---
- 4 – Outros assuntos; -----

Presidiu à reunião a Senhora Alta-comissária para as Migrações, Sónia Pereira, adiante designada por Alta-comissária, que nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro, preside ao CONCIG. Estiveram também presentes, por parte do ACM I.P., o Sr. Vogal do conselho diretivo, José Reis e a Diretora do Departamento de Apoio à Valorização da Diversidade, Luísa Malhó. A secretariar a Alta-comissária esteve o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), composto por Marisa Horta, coordenadora, e pelos técnicos do gabinete, Maria Inês Carapinha e Francisco Azul. -----

Estiveram presentes na reunião os/os seguintes conselheiros/as do CONCIG: -----

Cristina Milagre - Gabinete da Secretária de Estado para Integração e Migrações; Maria José Casa-Nova - Coordenadora da Observatório das Comunidades Ciganas; Maria José Vicente - Representante de instituições que trabalham com pessoas ciganas– EAPN; Francisco Monteiro - Representante de instituições que trabalham com pessoas ciganas - Obra Nacional de Pastoral dos Ciganos; Mirna Montenegro - Cidadã de reconhecido mérito; Maria do Rosário Carneiro - Cidadã de reconhecido mérito; Alexandra Castro - Investigador/a com trabalho relevante sobre pessoas ciganas – ISCTE; Prudêncio Canhoto - Representante de associações representativas de pessoas ciganas– Associação de Mediadores Ciganos de Portugal; Fábio Carreto - Representante da Polícia de Segurança Pública, em representação do Conselheiro Hugo Guinote; Luís Macedo e Sousa - Representante da Direção-Geral das Autarquias Locais; Paula Carvalheira - Representante da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Susana Sousa - Representante do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, em representação da Conselheira Alexandra Botelho; ; Aida Brito - Representante da Direção-Geral da Educação, em substituição da conselheira Lina Varela; Ana Carla Assunção - Representante do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P; Cristina Duarte - Representante da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.; Rosária Godinho - Representante do Instituto da Segurança Social, I. P., em substituição da conselheira Sofia Borges Pereira; Rosário Farmhouse - Representante da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens; Maria Fernanda Marreiros -Representante da



Direção-Geral da Saúde; Paulo César Câmara Teves - Representante do Governo Regional dos Açores; Mariana Luísa de Aragão Gouveia Bettencourt - Representante do Governo Regional da Madeira; Olga Freire - Representante da Associação Nacional de Freguesias.-----

A Sra. Alta-comissária deu início à reunião pelas onze horas e 11 minutos, quando a coordenadora do NACI, contabilizou a presença de dezoito conselheiros/as (metade do número total de conselheiros/as). -----

Antes de iniciar o primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Sra. Alta-comissária apresentou-se e, atendendo que era a primeira reunião do CONCIG que presidia, realizou uma ronda pelos/as conselheiros/as presentes para que se apresentassem. De seguida deu a palavra ao vogal do conselho diretivo, José Reis, que deu conta que seria ele a pessoa no Alto Comissariado para as Migrações, com a pasta das comunidades ciganas. -----

Retomando a palavra, a Sra. Alta-comissária deu nota que dois conselheiros, representantes das comunidades ciganas, renunciaram ao mandato: Bruno Gonçalves da Letras Nómadas – Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas e Tânia Oliveira da Ribaltambição – Associação para a Igualdade de Género nas Comunidades Ciganas. Neste sentido, informou que o ACM I.P. irá organizar o processo de eleições, de modo a que os lugares, agora vagos, possam ser preenchidos o mais rápido possível. -----

De seguida deu-se início ao 1 ponto da reunião com a aprovação da ordem de trabalhos enviada no dia 3 de julho. A Sra. Alta-comissária pediu que se acrescentasse um ponto à ordem remetida, neste caso, a introdução de um ponto referente à tomada de posse de forma simbólica de novos/as conselheiros/as do CONCIG.-----

Não existido qualquer objeção, a ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade, e a Sra. Alta-comissária aproveitou, para dar as boas-vindas à Conselheira Paula Carvalheira, nova representante no CONCIG da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. -----

De seguida, a Sra. Alta-comissária passou ao ponto 2, com o objetivo de aprovar a ata da reunião anterior, tendo esclarecido que foram integrados os comentários enviados pelos/as conselheiros/as sobretudo relacionadas com lapsos linguísticos (substituição, por exemplo, de terceiro semestre, por terceiro trimestre), tendo a referida ata sido aprovada por unanimidade. -----

Relativamente ao ponto 3, que tinha como intuito a apresentação da execução da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2018-2019, adiante designada ENICC, a Sra. Alta-comissária aproveitou para reforçar a importância do envio atempado dos dados da execução por parte das entidades presentes no CONCIG. Além disso, referiu ainda que seria importante refletir sobre a pouca representatividade das associações ciganas na reunião, solicitando que posteriormente se entre em contacto com as mesmas. -----

Seguiu-se a apresentação da Estratégia, tendo a coordenadora do NACI, Marisa Horta, informado como primeiro sumário que, durante o ano de 2018, foram cumpridas 17 (dezasete) medidas, 7 (sete) medidas não foram cumpridas, 1 (uma) medida foi parcialmente cumprida e 7 (sete) medidas não têm informação desagregada sobre as comunidades ciganas.



Já no ano de 2019, a coordenadora do NACI, deu nota que foram cumpridas 66 (sessenta e seis) medidas, 40 (quarenta) medidas não foram cumpridas, 8 (oito) medidas foram parcialmente cumpridas e 7 (sete) medidas não têm informação desagregada sobre comunidades ciganas. Relativamente à taxa de execução por objetivos estratégicos, a coordenadora do NACI informou que em 2018 o objetivo estratégico com maior taxa de execução foi o objetivo 2: “promoção de uma cidadania inclusiva e de não discriminação”. Por outro lado, os objetivos com menor taxa de execução foram os objetivos estratégicos 7 e 8, relacionados com a área da habitação e área da saúde. Já em 2019, o objetivo estratégico 2 teve, novamente, a maior taxa de execução, seguido dos objetivos 5 e 6, relacionados com a área da educação e a área do emprego. Tal como em 2018, os objetivos 7 e 8 tiveram uma menor taxa de execução. Feita uma visão geral sobre a execução da ENICC, a coordenadora do NACI aprofundou a apresentação referindo, em detalhe, os objetivos estratégicos e as medidas que foram ou não cumpridas. Para um melhor entendimento foram identificadas as medidas cumpridas a verde, as medidas não concretizadas a vermelho e as medidas sem informação desagregada sobre as comunidades ciganas a cor-de-laranja. Referiu ainda, que posteriormente iria ser disponibilizada a apresentação, como habitualmente, com a ata a todos os membros do CONCIG, bem como o relatório de execução da ENICC para que o mesmo, depois de recolhidos os contributos dos parceiros, possa ser aprovado na próxima reunião. Feita a sua exposição, a conselheira Cristina Milagre deu conta que no objetivo estratégico 5 uma das medidas foi concretizada e não se encontra plasmada na apresentação referindo-se a um guião pedagógico. Esta ideia foi reforçada pela conselheira da educação que confirmou que o guião foi concebido em abril de 2019. Face às intervenções das conselheiras, a coordenadora do NACI agradeceu, disse que iria verificar esta questão e posteriormente corrigir o lapso. -----

De seguida, tomou a palavra a conselheira Alexandra Castro que desejava saber qual o âmbito dos protocolos no 1º direito, bem como, aferir a razão pela qual o ACM não incorporou os protocolos estipulados. Além disso procurou ainda perceber se os dados, uma vez que não são desagregados, significam que as medidas não foram cumpridas. Em resposta à conselheira, a coordenadora do NACI indicou que ENICC prevê esses protocolos a três, mas que os protocolos no âmbito do Programa 1º Direito são celebrados entre os municípios e o IHRU. No seguimento desta questão, tomou a palavra a Sra. Alta-comissária para salientar que o ACM tem estado a articular com o IHRU, numa perspetiva mais abrangente com intuito de estabelecer protocolos para todas as populações com as quais o ACM intervém e não apenas com uma população/comunidade em específico. Para responder à segunda questão levantada pela conselheira Alexandra Castro, a coordenadora do NACI informou que não tem esse conhecimento, nem porventura as entidades, uma vez que as mesmas não conseguem desagregar a informação sobre as comunidades ciganas. Nesse seguimento, tomou a palavra a conselheira Mariana Bettencourt para referir que este tipo de desagregação de dados, permitindo a identificação da etnia pode constituir um fator de discriminação, pelo que tem



dúvidas se se pode obter essa informação. Terminada a exposição da conselheira Mariana Bettencourt, tomou a palavra a conselheira Maria do Rosário Carneiro reforçando que esta questão da desagregação dos dados é sempre levantada no CONCIG, aproveitando para acrescentar que gostaria que a apresentação sobre a execução da ENICC fosse mais detalhada, com a apresentação de exemplos de metas concretizadas e do que é que foi feito/concretizado. Em resposta à conselheira, a coordenadora do NACI salientou que apesar de, na apresentação, não ter havido lugar a muitos exemplos, atendendo ao tempo disponível e à quantidade da informação, aquando a disponibilização do relatório de execução, todos os conselheiros irão ter acesso à informação mais detalhada. -----

Pedida a palavra pela conselheira Cristina Milagre, esta referiu que as taxas de execução nas áreas da saúde e da habitação são baixas, devido à falta de desagregação dos dados, já aqui salientada, e enalteceu o bom desempenho da área da educação e do emprego. -----

Tomando a palavra a conselheira Cristina Duarte revelou que a ANQEP, através dos Centros Qualifica, tem estado a recolher os dados relativamente às pessoas ciganas, garantindo que esta recolha é global e anónima. -----

De seguida, pediu a palavra a professora Maria José Casa-Nova que referiu que este debate em torno da recolha de dados é importante e destacou, como exemplo, o recente estudo da DGE que fez um retrato da situação escolar das crianças e jovens ciganas. Além deste estudo fez ainda menção ao estudo levado a cabo pelo IHRU que nos deu uma ideia das condições de vida das populações ciganas. Na opinião da conselheira, e considerando esta questão relacionada com a dificuldade na desagregação dos dados, devem ser criadas medidas mais objetivas. -----

Pedindo a palavra a conselheira Maria Fernanda Marreiros, concordou que na área da Saúde é difícil fazer essa desagregação. Referiu ainda que tem estado em estreita relação com ACM e que considera que grande parte da solução dos problemas passa pela contratação mediadores ciganos, que façam a ponte entre as instituições e comunidades ciganas. -----

Retomando novamente a palavra, a conselheira Mariana Bettencourt explicou que na Madeira a desagregação dos dados foi realizada com recurso a um inquérito. -----

A conselheira Maria José Casa-Nova interveio novamente para explicar que a DGE tem questionado diretamente os agrupamentos de escola para que estes reportem à DGE os dados relativos às crianças e jovens ciganos/as que frequentam a escola. Segundo a conselheira, que desenvolveu um estudo na área da saúde (junto dos centros de saúde), em 2008 já se procedia à coleta de dados relativos às populações ciganas. Por fim, deu também o exemplo do inquérito enviado pelo ACM aos municípios no âmbito de um estudo realizado pelo OBCIG em 2015. -----

Face a estas exposições, a Sra. Alta-comissária pediu ao NACI que elaborassem um documento em que constasse a forma de recolha de dados das diferentes instituições para posteriormente ser partilhado entre os conselheiros/as. -----

Deu-se início ao último ponto da ordem de trabalhos da reunião, onde a Sra. Alta-comissária deu conta, resumidamente, do trabalho desenvolvido desde a última reunião do CONCIG.



Nesta exposição, além dos eventos que ocorreram ainda em dezembro de 2019, já em 2020 foi destacado o fundo de emergência criado numa parceria entre a Fundação Calouste Gulbenkian e o ACM contando com uma dotação financeira no valor de 100 mil euros, sendo que das 42 (quarenta e duas) associações apoiadas, 8 (oito) são associações ciganas. A Sra. Alta-comissária destacou ainda o acompanhamento efetuado aos municípios que solicitaram apoio durante o período da pandemia COVID-19, realçando o papel da conselheira da área da saúde em todo este processo, bem como dos projetos Escolhas no terreno. A Sra. Alta-comissária deu nota que em 2020, foi lançada uma nova edição do Programa OPRE, do Fundo de Apoio à ENICC (FAPE) e do Programa de Apoio ao Associativismo Cigano e que recentemente uma nova candidatura do ACM, referente aos Planos Locais para Integração das Comunidades Ciganas, foi novamente aprovada pela comissão europeia. Deu conta ainda, que devido à Pandemia no dia internacional das pessoas ciganas, a 8 de abril, o ACM lançou apenas uma campanha com testemunhos de pessoas ciganas no *facebook* e que o dia nacional das pessoas ciganas, a 24 de junho, foi assinalado no terreno através da realização de reuniões com os municípios de Borba e Beja culminando numa visita ao museu militar de Elvas, onde os guias da visita foram dois jovens soldados ciganos e na participação de um “círculos de fala de mulheres ciganas”, no seixal, com a AMUCIP. -----

Por fim, deu nota ainda, que continuam a decorrer as sessões de história e cultura cigana efetuadas pelos técnicos Francisco Azul e Teresa Vieira. -----

No que concerne ao trabalho realizado pelo OBCIG, a Sra. Alta-comissária destacou as edições do prémio “pessoas de mérito” e do prémio “empresas integradoras”, salientando que até dia 25 de julho decorreram, igualmente, as candidaturas para a publicação de dissertações de mestrado e doutoramento. -----

Terminada a exposição da Sra. Alta-comissária, tomou a palavra a conselheira Mariana Bettencourt para questionar se a Madeira não poderia ser elegível no projeto Planos Locais para Integração das Comunidades Ciganas. Em resposta à conselheira, a coordenadora do NACI informou que as candidaturas aprovadas na primeira edição surgiram de manifestações de interesse demonstradas por parte dos municípios em participar no projeto piloto, não tendo a Madeira manifestado interesse. Feito este esclarecimento, a Dra. Luísa Malhó tomou a palavra para esclarecer que na 1ª edição, houve várias candidaturas e face ao financiamento disponibilizado foi necessário fazer escolhas resultando na seleção de 14 (catorze) municípios. Nesta 2ª edição, a Dra. Luísa Malhó referiu que vão fazer parte do projeto mais 6 (seis) municípios e que os municípios apoiados na 1ª edição vão continuar a ser acompanhados, pela equipa do NACI. Considerando que a 2ª edição está confirmada, a conselheira da Mariana Bettencourt pediu que posteriormente fosse partilhada a informação relativa a abertura de candidaturas. -----

Após a conclusão deste ponto da ordem de trabalhos, a conselheira Rosário Farmhouse pediu a palavra para destacar o trabalho realizado, que segundo a conselheira é bastante desafiante e que apesar de tudo os resultados alcançados são muito positivos. A conselheira realçou



ainda que a articulação da Comissão Nacional para Proteção de Crianças e Jovens com o ACM tem corrido muito bem e manifestou o *feed-back* positivo relativamente às formações em História e Cultura Cigana.-----

Como considerações finais, a Sra. Alta-comissária agradeceu a participação dos/as conselheiros/as na reunião e propôs que a próxima reunião do CONCIG fosse realizada no dia 30 de Setembro de 2020.-----

A Diretora do Departamento de Apoio à Valorização da Diversidade, Luísa Malhó, pediu ainda a palavra para agradecer o trabalho desenvolvido pela equipa do NACI, em especial durante os últimos meses de pandemia, destacando a forma positiva como enfrentaram as adversidades e a resposta dada aos desafios lançados.-----

Não existido mais nenhum assunto a tratar, a Sra. Alta-comissária, deu por encerrada a reunião. -----.

Lisboa, 27 de julho de 2020